

--- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATRO.** -----

--- Aos vinte e nove dias mês de Dezembro do ano de dois mil e quatro, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

--- **Um**–APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**–AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO. ---

--- **Três**–INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM DE UM TERRENO (PRÉDIO URBANO), SITO NA RUA FREI LUÍS DE SOUSA.----

--- **Quatro**–DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NA PRACETA JOAQUIM DUARTE GONÇALVES ISABELINHA, ADJACENTE ÀS TRASEIRAS DO EDIFÍCIO SITO NA AVENIDA BERNARDO SANTARENO, NÚMERO VINTE E SEIS, NA FREGUESIA DE SALVADOR, NESTA CIDADE.-----

--- **Cinco**–FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM. -----

--- **Seis**–RECTIFICAÇÃO DA TAXA DO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A APLICAR NA FREGUESIA DE SANTA IRIA DA RIBEIRA DE SANTARÉM.-----

--- **Sete**–CONFEDERAÇÃO MUNDIAL DAS CIDADES TAURINAS – ADESÃO À UNIÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES E VILAS TAURINAS.-----

--- **Oito**–DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA COMUNIDADE URBANA DA LEZÍRIA DO TEJO.-----

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

--- **Nove**—GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA DOIS MIL E CINCO – ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM -----

--- **Dez**—GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E CINCO. -----

--- **Onze**—PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA SCALABISPORT PARA DOIS MIL E CINCO. -----

--- **Doze**—TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS FREGUESIAS RURAIS, NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, REFERENTE A EQUIPAMENTOS. -----

--- **Treze**—REESTRUTURAÇÃO ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS. -----

--- **Catorze**—DRINK *IN* – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO PARA A REGIÃO DO PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL NA QUINTA DA MAFARRA. -----

--- **Quinze**—DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- José Miguel Correia Noras, Luís Alberto Ferreira Leitão, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Lídia Moreira Machado Santos Virtudes, António Maurício Morgado D’Avó, Carla Andreia Costa dos Santos, Carlos Manuel Luís Catalão, Cláudio José Viveiros Sarmiento da Silva, Elmano de Almeida Matos, Eurico Mateus Guerra Saramago, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Helder Nuno Jesus Cruz Oliveira Pombo, José António Pisco Borrego, José Luís Marques Cabrita, José Manuel Gaspar, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Manuel Albino da Conceição Rosa, Pedro Miguel Rodrigues Neves Veloso, Pedro Nuno Pimenta Braz,

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

636

Ricardo Zarco Martinho do Rosário, Rosalina da Piedade Melro Blaser Gaspar, Vasco Navarro da Graça Moura, Vicente Carlos Flor Batalha, Virgínia Maria Ramos Carrondo Mena Esteves e Vítor Manuel de Sousa Varajão.-----

--- **Presidentes de Junta:** -----

--- José Ilídio da Fonseca Freire, Ezequiel Azinheira Louro, Joaquim Júlio da Luz Saramago, Manuel Joaquim Vieira, António Manuel Simões Cordeiro Duarte, Eva Sofia Ferreira Quaresma Costa, Joaquim da Silva Lucas da Graça, Basílio Duarte Oleiro, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Luís Manuel Madeira Mena Esteves, Diamantino Carvalho Vicente, Joaquim Manuel Gaspar Aniceto, Mário José Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Beirante Gomes Beja, Francisco José Viegas Santos, Joaquim Manuel Barreiros Mateiro, José António Coelho Madeira, António João Ferreira Henriques, Luís Manuel Graça Batista, Ricardo Luís da Costa, Luís Maria Severino Arrais, Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar, José Daniel Graça Madeira, Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro, Paula Batista Gomes, Firmino Joaquim Prudêncio D' Oliveira e Joaquim António Salgado Canha. -----

--- Verificaram-se as seguintes ausências:-----

--- António Xavier Martins Rocha Pinto, Nuno Miguel Freire Gameiro Castelbranco, e Sebastião Morgado Ribeiro. -----

--- Solicitaram a sua substituição nos termos da Lei e do Regimento os seguintes membros da Assembleia:-----

--- Mónica Isabel Duarte Mendonça e João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho.-----

--- **Do Executivo Municipal** verificaram-se as seguintes presenças: -----

--- Rui Pedro de Sousa Barreiro, José Joaquim Lima Monteiro Andrade, Manuel António dos Santos Afonso, Maria Luísa Raimundo Mesquita, Hélia Santos Duarte Félix, Idália Maria Marques Salvador Serrão Menezes Moniz, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto, Ramiro José Jerónimo de Matos e José Marcelino. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

aberta a sessão, dando início ao **PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----

--- Seguidamente, submeteu a votação a Acta número catorze/dois mil e três tendo sido **aprovada por unanimidade**-----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Joaquim Mateiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Pombalinho, que referiu ter iniciado a sua actividade autárquica com o problema do Casal Centeio e que abandona o respectivo cargo, por motivos de saúde, sem ver esta questão resolvida. -----

--- Salientou que o terreno com uma área de cerca de treze hectares sempre pertenceu à freguesia do Pombalinho, afirmando que o Projecto de Lei da autoria do CDS-PP, agendado para esta sessão, contém um conjunto de omissões e incongruências que, em seu entender, não pode ser objecto de parecer favorável.-----

--- Considerou que o Presidente da Câmara da Golegã quer à viva força a integração do Pombalinho no concelho da Golegã. -----

--- Depois, interveio o senhor **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, propondo que o valor da sua senha de presença relativa a esta reunião seja entregue a uma organização não governamental com vista a ajudar as vítimas do terramoto no sudoeste asiático, assim como que seja prestado um minuto de silêncio em memória das vítimas. -----

--- De imediato, o senhor **Presidente da Assembleia** propôs um minuto de silêncio em memória das vítimas do tsunami. -----

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Mário Rodrigues Santos**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, agradecendo ao senhor Presidente da Assembleia o convite para participar no Encontro de Municípios com Centro Histórico, em Mértola.---

--- Destacou a importância do senhor Presidente da Assembleia no âmbito dos Centros Históricos.-----

--- Concluiu dando conhecimento do teor da seguinte resolução aprovada na Assembleia de Freguesia de Marvila: -----

--- “Em seis de Outubro de dois mil e quatro, no âmbito das visitas do senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém às diversas freguesias do concelho como forma de preparação das discussões do Orçamento Participativo, realizou-se uma visita do senhor Eng. Rui Barreiro, Presidente da Câmara Municipal de Santarém, dos senhores Vereadores D. Idália Moniz e Eng. Joaquim Neto e de diversos Técnicos da Câmara Municipal, à freguesia de Marvila. A comitiva municipal foi recebida pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, vários eleitos na Junta de Freguesia e vários eleitos na Assembleia de Freguesia, que representavam todas as forças políticas com assento na Assembleia de Freguesia.-----

--- No final da visita, que ocorreu no Largo Cândido dos Reis, o senhor Eng. Rui Barreiro assumiu o compromisso de, em breve prazo e logo que a agenda o permitisse, convidar os eleitos nas Juntas e Assembleias de Freguesia para uma sessão a realizar na Casa do Brasil, em que o projecto das obras em curso no Largo Cândido dos Reis seria apresentado, explicado e discutido.-----

--- Até hoje, data da realização da Assembleia Ordinária de Dezembro deste órgão, tal sessão não foi convocada.-----

Nesse sentido, resolve a Assembleia de Freguesia de Marvila, sugerir ao senhor Presidente da Junta de Freguesia que, na sua qualidade de Deputado Municipal, realize na próxima sessão da Assembleia Municipal, uma intervenção em que recorde o senhor Presidente da Câmara Municipal do compromisso assumido, e assuma o agendamento da sessão de esclarecimento do projecto das obras do Largo Cândido dos Reis para decorrer no mês de Janeiro de dois mil e cinco.”.-----

--- Tomou a palavra, a seguir, o senhor **Vicente Batalha** chamando a atenção para o relacionamento institucional entre a Assembleia e a Câmara Municipal, considerando que estes dois órgãos deveriam falar a uma só voz para bem do concelho.-----

--- Depois, lembrou que a Assembleia aprovou, por unanimidade, uma proposta de recomendação à Câmara com vista à elaboração de um projecto de Regulamento das

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

Distinctions Honoríficas. Até hoje nada se sabe sobre este assunto, afirmou.-----
--- Mais tarde foi aprovada uma proposta sobre o Provedor Municipal. Até hoje a mesma resposta. -----
--- Foi ainda aprovada por unanimidade e aclamação uma proposta de recomendação para a atribuição do nome de João Amaral a uma rua da cidade de Santarém. Até agora nada se sabe, lamentou.-----
--- Salientou que o mesmo se passa no tocante a diversos pedidos de esclarecimento relacionados com questões ambientais que, até à presente data, não mereceram qualquer tipo de resposta por parte da Câmara. -----
--- Questionou para que serve a Assembleia Municipal, classificando esta situação de défice democrático. -----
--- Depois, interveio o senhor **Luís Arrais**, Presidente de Freguesia de S. Nicolau, lembrando que esta Assembleia recomendou à Câmara a inversão do trânsito na Rua Duarte Pacheco a qual ainda não foi concretizada.-----
--- Usou da palavra, depois, o senhor **Francisco Madeira Lopes** referindo que as muralhas e barreiras de Santarém têm sido um problema recorrente da cidade ao longo dos tempos.-----
--- Deu conhecimento que o Grupo Parlamentar da CDU apresentou uma Moção sobre esta matéria, recomendando à Câmara todo o seu empenhamento com vista à resolução deste problema. -----
--- De seguida, foi dada a palavra ao senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, que deu conta de estar a ocorrer mais uma catástrofe ambiental no Rio Alviela com uma elevada mortandade de peixes, situação confirmada pelo senhor Vereador do Ambiente.-----
--- Referiu os alertas efectuados a diversas entidades, lamentando não haver conhecimento das medidas tomadas para fazer face a esta calamidade.-----
--- Apelou à Câmara para que exija explicações concretas do Ministério do Ambiente

sobre o problema em causa. -----
--- A seguir, usou da palavra o senhor **Manuel Joaquim Vieira**, Presidente da Junta de Alcanede, fazendo um balanço negativo em relação aos últimos três anos de mandato da Câmara Municipal de Santarém. -----
--- Destacou a falta de fornecimento, por parte da Autarquia, de massas betuminosas provenientes do protocolo de delegação de competências, bem como o atraso na transferência de verbas que tem causado dificuldades de tesouraria à sua Junta de Freguesia, considerando haver alguma discriminação relativamente a esta matéria. -----
--- Interveio, seguidamente, o senhor **José Luís Cabrita** que se referiu ao Projecto de Lei apresentado pelo deputado do CDS-PP, na Assembleia da República, em relação aos limites da freguesia do Pombalinho, o qual vem criar sérios problemas aos cidadãos.-----
--- Afirmou ter havido, manifestamente, por parte deste parlamentar, um grave desrespeito pelas populações e pelos órgãos do Poder Local. -----
--- Considerou que situações desta natureza devem obter o máximo de consenso possível, manifestando o seu repúdio face ao referido Projecto de Lei. -----
--- Foi dada a palavra, de seguida, ao senhor **Diamantino Carvalho Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, referindo o não cumprimento do protocolo de delegação de competências nas Juntas de Freguesia. -----
--- Quis saber quais os critérios utilizados na distribuição das massas asfálticas às Juntas de Freguesia.-----
--- Estranhou a redução das verbas respeitantes aos duodécimos sem qualquer aviso prévio por parte do Executivo Municipal. -----
--- Concluiu, salientando a taxa de execução das obras relativamente às freguesias. -----
--- Seguidamente, o senhor **Aires Lopes** interveio referindo-se a algumas obras que estão a decorrer na cidade, perguntando se as mesmas estão a ser devidamente acompanhadas por técnicos do Município.-----
--- Quis saber a quem cabe as responsabilidades nas intervenções referentes às obras que

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

não são executadas devidamente. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Vasco Graça Moura** solicitando esclarecimentos sobre a reunião havida entre o senhor Presidente da Câmara e o actual proprietário do Teatro Rosa Damasceno. -----

--- De seguida, no uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** manifestou o seu repúdio face ao Projecto de Lei apresentado pelo deputado Herculano Gonçalves, do CDS-PP, na Assembleia da República, acerca dos limites da freguesia do Pombalinho. --

--- Aproveitou para destacar que o senhor Joaquim Mateiro, Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho, foi um exemplo daquilo que é ser autarca, lamentando o seu abandono da vida política por motivos de saúde. -----

--- Por último, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** referindo em relação à transferência de verbas para as freguesias que nunca escondeu as dificuldades financeiras da autarquia as quais implicam um grande esforço de todos. -----

--- Salientou que enquanto Presidente de Câmara tem defendido uma nova saída da auto-estrada número um junto da área de serviço de Santarém. -----

--- Quanto às muralhas e barreiras de Santarém informou que a Autarquia assinou um protocolo bastante vago em relação ao financiamento das respectivas intervenções, mas convicta de que era necessário dar este passo. -----

--- Contudo, adiantou ter sido decidido pelo Ministério do Ambiente assumir o encargo da intervenção na ribeira do Alfange através de concurso público o que obriga a passar mais um Inverno sem qualquer obra naquela área. -----

--- Lamentou não ter obtido ainda qualquer informação sobre o financiamento do concurso público para a elaboração do projecto de consolidação das barreiras e Muralhas de Santarém. -----

--- Acrescentou que, em próxima reunião de Câmara, irá propor ao Executivo, mesmo sem o Governo ter assumido qualquer fonte de financiamento, o lançamento do referido concurso com uma cláusula mencionando que a sua adjudicação ficará sujeita à obtenção

dos necessários meios financeiros prometidos. -----
--- Manifestou a sua satisfação relativamente à taxa de execução das obras de algumas Juntas de Freguesia.-----
--- Esclareceu que as empresas que não executem as obras nas melhores condições serão obrigadas a repor as mesmas nas devidas condições suportando as despesas inerentes a essas intervenções. -----
--- Relativamente ao Teatro Rosa Damasceno afirmou que o processo está a seguir os trâmites normais de acordo com a deliberação camarária havida, concluiu. -----
--- Encerrado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. -----
--- **PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA**. -----
--- Interveio o senhor **Carlos Catalão** congratulando-se com o início das aulas na nova Escola Básica de S. Domingos. -----
--- Solicitou esclarecimentos em relação às obras de saneamento básico e da Estrada trezentos e sessenta e cinco nas Fontainhas, bem como da Rua do Vale Beijudo. -----
--- Perguntou ainda quais as medidas preventivas tomadas pela protecção civil no caso de haver um sismo na região. -----
--- Depois, usou da palavra o senhor **José Luís Cabrita** referindo ao capítulo da formação profissional, considerando haver uma frequência muito baixa nesta área por parte dos trabalhadores da Autarquia. -----
--- Salientou a falta de execução e conclusão de obras no concelho de Santarém, perguntando qual o ponto da situação relativamente à expropriação dos terrenos com vista à construção do acesso sul à cidade de Santarém.-----
--- Referiu a ausência de limpeza dos contentores do lixo na cidade de Santarém.-----

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

--- Considerou existir uma ausência de estratégia ao nível das actividades culturais que ocorrem na cidade, havendo falta de divulgação dessas actividades. -----

--- Perguntou em que fase se encontra o processo da instalação da fábrica de lacticínios em Santarém.-----

--- Concluiu, salientando que a situação financeira do Município agrava-se de mês para mês sem se vislumbrar medidas de modo a inverter este sentido. -----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, congratulando-se com o início do segundo ano lectivo da Universidade da Terceira Idade, projecto de grande importância para o concelho de Santarém.-----

--- Solicitou esclarecimentos sobre a conclusão das obras do Largo Cândido dos Reis, bem como para quando o senhor Presidente da Câmara tenciona agendar uma reunião com o Executivo da Junta e a Assembleia de Freguesia de S. Nicolau a fim de poderem acompanhar este processo.-----

--- Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor **Vicente Batalha** lamentando que o presente relatório não contenha qualquer referência à Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes para a região, o que representa, em sua opinião, nada ter sido feito em relação a esta matéria. -----

--- Sugeriu que se faça uma reflexão no tocante à referida Zona de Desenvolvimento, assim como no que diz respeito ao nó de saída da auto-estrada número um, junto da área de serviço de Santarém, querendo saber o que se pretende para esta área. -----

--- Depois, interveio o **Ricardo Ribeiro Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Baixo, perguntando relativamente à rede social quais as valências da sua freguesia em questões sociais.-----

--- Quis saber se existe algum plano para lotes industriais na zona do Campo da Vinha Grande dado lhe ter sido solicitado um parecer sobre esta matéria.-----

--- De seguida, o senhor **Presidente da Câmara** interveio esclarecendo em relação Estrada trezentos e sessenta e cinco que existe um projecto que permite suprimir o

estrangulamento existente junto às Fontainhas.-----

--- Quanto à protecção civil disse existirem planos de emergência prontos a serem activados caso ocorram sismos.-----

--- Relativamente à limpeza dos contentores do lixo, referiu haver um esforço da Autarquia de modo a manter estes equipamentos limpos.-----

--- Discordou haver falta de estratégia nas actividades culturais, podendo sim, em seu entender, existir algum défice de divulgação das mesmas.-----

--- Prestou esclarecimentos em relação à Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes, informando que está em curso a realização de uma jornada de reflexão em Pernes, com o apoio do NERSANT, sobre este tema. Afirmou ainda que uma saída da auto-estrada número um entre a Torre do Bispo e Pernes seria sempre uma boa solução.-

--- Em relação à rede social, salientou ter sido elaborado um diagnóstico com base nas reuniões havidas, existindo condições de já no próximo ano implementar algumas medidas.-----

--- No tocante aos lotes industriais disse existir uma proposta com vista à criação de uma nova área industrial que abrange um conjunto significativo de proprietários dos terrenos daquela zona.-----

--- Por último, interveio novamente o senhor **Vicente Batalha** lembrando que essa reflexão já foi efectuada, tendo-se perdido oito anos desde essa altura.-----

--- Terminadas as intervenções neste ponto o qual não carece de qualquer votação, prosseguiu-se com o **PONTO DOIS – AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de oito de Novembro de dois mil e quatro, cabe-me propor à Exmª. Assembleia a apreciação e votação da **Avaliação de Imóveis do Domínio Privado do Município**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Interveio o senhor **Leonel Martinho do Rosário** questionando qual o objectivo da avaliação deste imóveis.-----

--- O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que a presente avaliação permite criar uma base de trabalho com vista a uma eventual alienação desses imóveis, salientando ser uma avaliação que decorre da Lei.-----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa à **Avaliação de Imóveis do Domínio Privado do Município**, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- **PONTO TRÊS – INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM DE UM TERRENO (PRÉDIO URBANO), SITO NA RUA FREI LUÍS DE SOUSA.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de oito de Novembro de dois mil e quatro, cabe-me propor à Exmª. Assembleia a apreciação e votação da **Integração no Domínio Público do Município de um terreno (prédio urbano), sito na Rua Frei Luís de Sousa**, nos termos da alínea a), do número seis, conjugada com a alínea b), do número quatro, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Integração no Domínio Público do Município de um terreno (prédio urbano), sito na Rua Frei Luís de Sousa**, nos termos da alínea b), do número

quatro, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- **PONTO QUATRO – DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA NA PRACETA DR. JOAQUIM DUARTE GONÇALVES ISABELINHA, ADJACENTE ÀS TRASEIRAS DO EDIFÍCIO SITO NA AVENIDA BERNARDO SANTARENO, NÚMERO VINTE E SEIS, FREGUESIA DE SALVADOR, NESTA CIDADE.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Na sequência da deliberação de vinte e dois de Novembro de dois mil e quatro, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia, para apreciação e votação a **desafecção do domínio público de uma parcela de terreno, sita na Praceta Dr. Joaquim Duarte Gonçalves Isabelinha, adjacente ao edifício sito na Avenida Bernardo Santareno, número vinte e seis, freguesia de Salvador, nesta cidade**, nos termos da alínea b), do número quatro, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Interveio o senhor **Eurico Saramago** solicitando esclarecimentos em relação ao número do lote a que se refere a presente desafecção.-----

--- De imediato, o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que parcela de terreno a desafectar reporta-se ao lote vinte e seis.-----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **desafecção do domínio público de uma parcela de terreno, sita na Praceta Dr. Joaquim Duarte Gonçalves Isabelinha, adjacente ao edifício sito na Avenida Bernardo Santareno, número vinte e seis, freguesia de Salvador, nesta cidade**, nos termos da alínea b), do número quatro, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

aprovada por maioria, com uma abstenção. -----

--- PONTO CINCO – FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM.-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de treze de Dezembro de dois mil e quatro, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação da proposta de **Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cento e seis, da Lei número cinco/dois mil e quatro, de dez de Fevereiro, conjugado com a alínea e), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Interveio o senhor **José Luís Cabrita** sublinhando a sua posição tomada aquando da discussão deste assunto oportunamente. -----

--- Referiu não ter dúvidas quanto à legalidade desta taxa. No entanto, em sua opinião, esta proposta não vem devidamente fundamentada.-----

--- Considerou, por outro lado, que a presente taxa não deveria ser aplicada no concelho de Santarém. -----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cento e seis, da Lei número cinco/dois mil e quatro, de dez de Fevereiro, conjugado com a alínea e), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e seis votos a favor, dez votos contra e zero abstenções. -----

--- PONTO SEIS – RECTIFICAÇÃO DA TAXA DE IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A APLICAR NA FREGUESIA DE SANTA IRIA

DA RIBEIRA DE SANTARÉM. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de seis de Dezembro de dois mil e quatro, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação da proposta de **Rectificação da Taxa do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar na freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém**, nos termos do número cinco, do artigo cento e doze, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, que se congratulou com a proposta apresentada a qual vem fomentar a recuperação das habitações degradadas na sua freguesia.

--- A seguir, interveio o senhor **Leonel Martinho do Rosário** referiu concordar com a proposta apresentada, levantando algumas dúvidas sobre se estas medidas serão suficientes para incentivar a recuperação das habitações degradadas. -----

--- Perguntou se tem havido pedidos de licenciamento para a recuperação de imóveis e a construção de novas habitações. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, concordando com a intervenção do anterior orador, esclarecendo existirem pedidos de licenciamento para ambas as situações. -----

--- Depois interveio o senhor **Presidente da Câmara** referindo ser uma proposta pela positiva, considerando ser a mais adequada nesta oportunidade. Todavia, não descora a possibilidade de vir a aumentar significativamente a taxa relativa aos prédios devolutos.

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Rectificação da Taxa do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar na freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém**, nos termos do número cinco, do artigo cento e doze, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea f), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. ----

--- **PONTO SETE – CONFEDERAÇÃO MUNDIAL DAS CIDADES TAURINAS – ADESÃO À UNIÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES E VILAS TAURINAS.** --

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte de Dezembro de dois mil e quatro, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação da proposta relativa à **Confederação Mundial das Cidades Taurinas – Adesão à União Internacional das Cidades e Vilas Taurinas**, nos termos da alínea m), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa à **Confederação Mundial das Cidades Taurinas – Adesão à União Internacional das Cidades e Vilas Taurinas**, nos termos da alínea m), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO OITO – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA CULT – COMUNIDADE URBANA DA LEZÍRIA DO TEJO – FIXAÇÃO DE TAXAS E REGIME SANCIONATÓRIO.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte de Dezembro de dois mil e quatro, cabe-me propor à Exma. Assembleia a apreciação da proposta relativa à **Delegação de Competências na CULT – Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo – Fixação de Taxas e Regime Sancionatório**, nos termos número seis, do artigo quinto, da Lei número onze/dois mil e três, de treze de Maio”. -----

--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa à **Delegação de Competências na CULT – Comunidade**

Urbana da Lezíria do Tejo – Fixação de Taxas e Regime Sancionatório, nos termos número seis, do artigo quinto, da Lei número onze/dois mil e três, de treze de Maio, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- **PONTO NOVE – GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA DOIS MIL E CINCO – ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM**.-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de treze de Dezembro de dois mil e quatro, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação das **Grandes Opções do Plano para dois mil e cinco – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Santarém**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Interveio o senhor **Vicente Batalha** referindo que não pode deixar de mencionar o nome de Adelina Barros, excelente funcionária dos Serviços Municipalizados de Santarém, apresentando um Voto de Pesar pelo seu falecimento.-----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, alertando para a má qualidade prestada pelos Serviços Municipalizados na reposição dos pavimentos após as intervenções provenientes das roturas de água.-----

--- De seguida, tomou a palavra o senhor **José Luís Cabrita** considerando que o modelo de gestão do último ano dos Serviços Municipalizados vem demonstrar que os serviços públicos podem funcionar com eficácia sem que os custos de administração subam.-----

--- Salientou ser importante que a sua administração continue a encarar a modernização e desenvolvimento dos respectivos serviços como imprescindível para o bem estar das populações do concelho.-----

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

--- Usou, seguidamente, da palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** enaltecendo a funcionária dos Serviços Municipalizados Adelina Barros prestando-lhe, em nome do Partido Socialista, a sua merecida homenagem. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa às **Grandes Opções do Plano para dois mil e cinco – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Santarém**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO DEZ – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E CINCO**. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte de Dezembro de dois mil e quatro, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação das **Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e cinco**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Ricardo Martinho do Rosário** destacando o esforço levado a efeito pelo Município de Santarém com vista ao ordenamento do território, salientando que a revisão do Plano Director Municipal se encontra em fase adiantada perspectivando-se a sua conclusão para finais de dois mil e cinco, permitindo um melhor ordenamento nos próximos dez anos -----

--- Referiu a existência de alguns planos de pormenor, bem como o plano de urbanização do Campo da Feira. -----

- Salientou que Santarém beneficia cada vez de mais e melhores infra-estruturas.-----
- De seguida, interveio o senhor **Pedro Braz** salientando que o Orçamento em apreço dignifica os cidadãos do concelho de Santarém, apela à participação cívica e enaltece a nossa ainda jovem democracia.-----
- Considerou o Orçamento Participativo uma realidade deste concelho, exemplo seguido por outros municípios, destacando ter sido uma manifestação de coragem.-----
- Concluiu, afirmando que votar neste Orçamento é apostar no desenvolvimento do concelho de Santarém.-----
- Interveio, a seguir, o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, destacando que quarenta por cento das verbas deste Orçamento não tem verbas orçamentadas. Quanto aos restantes sessenta por cento a sua execução depende muito da venda de imóveis.-----
- Considerou que este Orçamento não é para ser cumprido, salientando que as obras na freguesia de S. Nicolau continuam por realizar.-----
- Seguidamente, tomou a palavra o senhor **Vicente Batalha** perguntando a que diz respeito a verba de quinze milhões seiscientos e noventa e nove mil euros referente às receitas de capital.-----
- Questionou qual o motivo da diminuição das despesas de capital relativamente ao ano de dois mil e quatro que resulta do decréscimo da participação comunitária em projectos financiados.-----
- Sublinhou o trabalho desenvolvido pelos vereadores da CDU no âmbito do ordenamento do território.-----
- Depois, interveio o senhor **Ricardo Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Baixo, referindo que este Orçamento não satisfaz as exigências da sua freguesia.-----
- Solicitou esclarecimentos em relação ao saneamento básico de Azoia de Baixo, lembrando ter apresentado oportunamente o respectivo projecto.-----

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

- De seguida, o senhor **Vítor Varajão** proferiu a seguinte intervenção: -----
- “Temos para apreciação o documento que espelha projecção da actividade da CMS para o ano de dois mil e cinco. Contudo, este documento é muito mais do que isso. É o último orçamento apresentado pelo actual executivo socialista e obriga a uma reflexão sobre a capacidade de planeamento e execução de todo um mandato.-----
- O senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém iniciou uma ideia peregrina denominada orçamentos participativos, com a qual sempre discordámos e agora temos a comprovação dos nossos avisos e apreciações sobre a matéria. -----
- Esta ideia custou verbas aos cofres municipais e não surtiu qualquer efeito, pois este documento agora em discussão não espelha a vontade das populações, defraudando as suas expectativas. -----
- Não foram só as expectativas da população que foram goradas, como também as dos autarcas legitimamente eleitos que planearam as obras nas freguesias, aquelas que a população verdadeiramente desejava e que também não se encontram espelhadas neste documento. -----
- Assim, leva-nos a perguntar se foi o despesismo descontrolado que a população sugeriu, ou se terá sido o empolamento irrealista das receitas que foi eleito como prioridade, ou a omissão de compromissos já assumidos considerada essencial. -----
- Não foi com certeza! O que a população exige é mais e melhor investimento, mais e melhores serviços. A elaboração de um orçamento não deverá ser um exercício de retórica, nem de criatividade financeira, mas deverá ser um instrumento de verdade e rigor. -----
- Analisemos então este orçamento: -----
- Venda prevista de imóveis no valor de quinze milhões de euros. -----
- Requalificação do Campo da Feira – apenas duzentos e vinte seis mil euros (menos do que o custo de uma simples rotunda com fonte luminosa).-----
- Recuperação de fachadas no centro histórico – apenas quinze mil euros.-----

--- Redução de trinta e seis por cento no investimento para as escolas, representando apenas seis por cento do investimento.-----

--- Saneamento Básico representando apenas nove por cento do investimento total. -----

--- Sendo estes dados apenas meros exemplos de um documento que globalmente não satisfaz as necessidades do concelho. -----

--- Da parte das receitas assistimos a um empolamento irrealista, que levará a que nem as despesas de investimento com financiamento definido venham a concretizar-se. -----

--- Nas despesas será que a verba prevista para a requalificação do Campo Emílio Infante da Câmara é satisfatória para requalificar tão nobre espaço, ultrapassados que estão todos os prazos prometidos?-----

--- Será que com quinze mil euros se alcançara a tão desejada requalificação e revitalização do Centro Histórico?-----

--- Qual será a justificação? Refere o orçamento que estas são “as opções possíveis que ficam aquém das aspirações e expectativas” em resultado da “diminuição de importantes receitas municipais”. Vamos aos factos: o próprio orçamento prevê um aumento de doze por cento dos impostos directos em relação a dois mil e três, de vinte e cinco por cento nos impostos indirectos e de cento e trinta e cinco por cento nas taxas municipais.-----

--- Contradição? Ou mera opção de uma gestão errada que penaliza apenas um lado: Santarém e os Escalabitanos. Na verdade, quem paga mais são os munícipes, penalizados pela actual gestão, sem que se verifique o investimento esperado.-----

--- Apresenta-se uma alegada “contenção de despesas de funcionamento”, mas mais uma vez a realidade é diferente do discurso, vindo a aumentar as despesas correntes em mais de vinte por cento (relativamente a dois mil e três), com a agravante de a rubrica “aquisição de serviços” apresentar um aumento de vinte e oito por cento, na qual se inclui a publicidade com um aumento de vinte e dois virgula quatro por cento (relativamente ao orçamentado em dois mil e quatro).-----

--- Aquilo que o nosso concelho realmente necessita é de desenvolvimento gerador de

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

emprego, de dinamismo, de inovação: o verdadeiro rumo para o futuro, não só da cidade mas de todo o concelho.-----

---Olhemos para os trezentos e trinta sete mil e quatrocentos e cinquenta e cinco mil euros para aquisição de terrenos para as ZDE de Pernes, Alcanede, Amiais e Santarém (os quais incluem terrenos que falta adquirir para cumprimento do protocolo com a Lactogal) resta uma questão: Serão estas as verbas tão irrisórias porque se esquece o desenvolvimento, as freguesias e o todo do nosso concelho – esquecendo-se ainda os compromissos assumidos?-----

---Oitenta por cento das acções que este orçamento contempla de transferências para financiar obras de juntas de freguesia representam dívidas antigas. Serão finalmente pagas? Ou é este mais um orçamento que fica por cumprir? Além disso, apenas doze por cento do programa relativo à rede viária respeita a projectos com início previsto em dois mil e cinco, sendo que os restantes oitenta e oito por cento se referem a projectos que vêm desde mil novecentos e noventa e nove.-----

---Quando este orçamento apenas prevê uma verba de quatro milhões e trinta e um mil oitocentos e cinquenta e nove euros para novos investimentos com início em dois mil e cinco, o que representa oito vírgula sete por cento do total de financiamento definido para o próximo ano.-----

---Para além da falta de capacidade de gestão para estabelecer um plano de pagamentos da dívida acumulada, o actual executivo não consegue executar nova obra, num concelho que tanto necessita nos mais diversos níveis.-----

---Este orçamento traduz-se num mero acumular de dívidas de anos anteriores da gestão autárquica do PS.-----

---Serão os quinze milhões de euros em imóveis, já referidos, apenas uma miragem? Representará o esconder de buraco orçamental? (Na prática não passará de um aumento encapotado das dívidas de quinze milhões, com os reflexos negativos na capacidade negocial da câmara?) Representará este documento uma vã promessa que não será

cumprida? Dos projectos previstos realizar em dois mil e cinco nas grandes opções do plano, quarenta por cento das verbas não estão orçamentadas – uma mera ilusão?-----

--- Neste último ano do mandato deste executivo, constatamos que muitas foram as promessas não cumpridas, o acumular da dívida de todos os anos de gestão socialista é não só assustadora como comprometedor do futuro de Santarém, bem como as necessidades do Concelho vão sendo preteridas em abono do aumento das despesas com gasto supérfluos e que não geram qualquer riqueza/mais valia para o Concelho.-----

--- Vejam-se por exemplo os projectos do Acesso Sul à Cidade e a Ligação do Complexo Aquático à Sr.ª da Guia, os quais foram publicamente projectados pelo PS para estarem concluídos em Junho de dois mil e quatro, e estando nós em Dezembro de dois mil e quatro, os mesmos ainda nem foram começados.-----

--- Poderíamos pensar que se trata de mera manobra eleitoralista, protelando para o último ano de mandato as obras com visibilidade. Mas nem é isso que se trata, julgamos nós. É apenas a verdadeira e acentuada incapacidade de planear e executar que o Partido Socialista nos vem habituando ao longo de quase trinta anos.-----

--- Mais uma vez somos forçados a reiterar e a afirmar claramente que não abdicamos do futuro do nosso concelho e não aceitamos comprometer as gerações vindouras, sendo essa posição sobre este orçamento. -----

--- Não podemos, em nome dos munícipes, hipotecar o nosso concelho, nem conceder quaisquer benefícios da dívida a um executivo que em três anos que teve para mostrar a sua capacidade de gestão, nada fez, nada faz e nada fará em prol da melhoria das condições de vida dos nossos habitantes. -----

--- Fica claro pois que o nosso voto será de rejeição de um documento viciado com todos os dados que apenas exemplifiquei nesta intervenção”. -----

--- Usou, seguidamente, da palavra o senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, referindo que a sua freguesia continua com graves carências que este Orçamento não irá resolver, mencionando um conjunto de obras importantes para

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

Vaqueiros que ficaram por realizar. -----

--- Salientou que apesar de ter sido durante o actual mandato que teve lugar o maior investimento per capita nesta freguesia, a Estrada do Moseiro poderia ter ficado com outra qualidade.-----

--- Foi dada, depois, a palavra ao senhor **António Manuel Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, manifestando a sua preocupação relativamente à variante à Estrada Nacional trezentos e sessenta e cinco, perguntando qual o “timing” da Câmara para avançar com a obra, considerando que não se pode perder a oportunidade de comparticipação de cinquenta por cento para a construção da referida variante.-----

--- Seguidamente, tomou a palavra o senhor **Luís Batista**, Presidente da Junta de Freguesia de Romeira, que começou por desejar as melhoras do colega da Junta de Freguesia do Pombalinho que o tem acompanhado neste últimos quinze anos da vida autárquica.-----

--- Referiu que o Orçamento são documentos provisionais, sendo as Grandes Opções do Plano o elemento estratégico da Autarquia. -----

--- Salientou a importância de serem adoptadas medidas com vista ao aumento das receitas municipais, bem como a alteração da Lei das Finanças Locais. -----

--- Destacou a falta de cumprimento, do Governo, na compensação da quebra de receita pelo fim da SISA, apesar de constar em Orçamento de Estado para dois mil e quatro. ----

--- Lembrou que nas despesas correntes encontram-se serviços importantes para a Autarquia relacionados com a manutenção de diversos equipamentos com as ETARs e o apoio escolar. -----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, manifestando a sua discordância relativamente ao aumento de três por cento das transferências para a sua freguesia. -----

--- Perguntou se a Câmara tem alguma solução com vista ao pagamento dos juros reclamados pelos empreiteiros devido ao atraso na liquidação das facturas.-----

- Solicitou o aumento da verba definida para a Casa do Professor dado que a Junta de Freguesia tem de suportar vinte e cinco por cento do custo total da obra. -----
- Quis saber se a Rua de Santo António vai ser incluída nos serviços da Câmara Municipal dado não constar em Orçamento. -----
- Alertou para o problema da curva de S. Lourenço entre Santos e o Arneiro das Milhariças, dando conta da ocorrência de mais um acidente naquele local. -----
- Depois, interveio o senhor **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, perguntando como é que a Câmara irá resolver o problema das habitações degradadas e devolutas, dado não encontrar neste Orçamento mecanismos com vista a resolver estas questões. -----
- Solicitou esclarecimentos em relação ao projecto Al-Margem considerando que não se pode recuar nesta matéria. -----
- Destacou o mau estado da Estrada do Campo e da Estrada da Estação, alertando para a necessidade de uma intervenção rápida. -----
- Chamou a atenção para o problema do muro de suporte do Cemitério da Ribeira de Santarém que tarda em ser arranjado. -----
- A seguir, usou da palavra ao senhor **José Luís Cabrita** considerando que em termos das Grandes Opções este documento é nulo não passando de um repetitivo enunciado de intenções desenquadradas sem uma estratégia clara e objectiva de desenvolvimento para o concelho de Santarém. -----
- Salientou não ter descortinado de que forma como a Câmara, de um ano para o outro, vai conseguir aumentar as suas receitas de modo a suportar integralmente as despesas apresentadas, acrescentando ter dúvidas quanto à capacidade da autarquia para comportar a despesa já assumida. -----
- Contudo, o presente Orçamento, segundo afirmou, contempla algumas propostas apresentadas pela CDU o que permite criar algumas expectativas relativamente ao mesmo, salientando que irão estar atentos à sua execução. -----

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

--- Foi dada a palavra, a seguir, ao senhor **Leonel Martinho do Rosário** que discordou da visão catastrófica do PSD relativamente ao Orçamento apresentado pelo Executivo Municipal.-----

--- Considerou que as Grandes Opções do Plano acontecem numa conjuntura difícil que se arrasta há alguns anos.-----

--- No seu entender, este Orçamento deveria ser considerado como uma criteriosa base de partida que permita com rigor atingir os objectivos definidos. -----

--- Salientou que com um Orçamento de sessenta e três milhões de contos muita coisa poderá acontecer, esperando ver concretizadas, entre outras, a valorização urbana do Campo Emílio Infante da Câmara, a primeira fase do Complexo Desportivo Municipal e o acesso sul à cidade de Santarém.-----

--- Depois, interveio o senhor **Diamantino Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, que salientou ser, contrariamente aos seus colegas de bancada, apologista do orçamento participativo, considerando que com esta participação dos munícipes o ónus da responsabilidade no tocante a algumas matérias passará a ser do Município e não da Junta de Freguesia.-----

--- Considerou o Orçamento em apreço praticamente igual ao apresentado em dois mil e quatro, o mesmo se passando em relação aos orçamentos de anos anteriores.-----

--- Salientou que parte das receitas previstas foram arrecadas pelo que, no seu entender, as obras orçadas deveriam ter sido pagas e não foram. -----

--- Questionou como irão ser realizadas novas acções com o mesmo dinheiro, assim como se vão pagar as obras já definidas e cabimentadas.-----

--- Afirmou, em relação ao compromisso do senhor Presidente da Câmara de não inaugurar nenhum dos fogos de habitação social enquanto os de Casével não estiverem concluídos, libertar o senhor Presidente dessa obrigação. Contudo, não poderá inaugurar nenhum dos referidos fogos sem os da sua freguesia estarem iniciados. -----

--- Sublinhou que Casével foi a primeira Junta de Freguesia, dos noventa e cinco fogos

contemplados, a concluir o processo da aquisição dos terrenos, com vista à doação dos mesmos, não havendo, em seu entender, justificação para o atraso da sua construção. ----

--- Lamentou ainda que passado ano e meio não tenha havido qualquer movimentação relativamente a esta matéria, destacando a redução de um euro da verba prevista para a construção dos referidos fogos, relativamente ao Orçamento do ano anterior. -----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Mário Santos**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, tecendo algumas considerações em relação ao orçamento participativo, afirmando ser apenas contra a sua metodologia. Acrescentou que um dos problemas desta iniciativa é o facto de quem assiste à primeira sessão já não vai à segunda porque se sente defraudado ao não verem as suas pretensões concretizadas. -----

--- Interveio novamente o senhor **Pedro Braz** sublinhando o que disse na sua anterior intervenção, salientando ter testemunhos de pessoas entusiasmadas com o orçamento participativo. -----

--- Solicitou, novamente, a palavra o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, afirmando que o Orçamento apresentado pelo Executivo Municipal foi empolado, questionando de onde vêm os trinta milhões de euros de receita.

--- Considerou que o problema do orçamento participativo não é ouvir as pessoas mas sim criar-lhe expectativas e depois não as cumprir. -----

--- Depois, foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que esclareceu estar em vista a venda de um conjunto de imóveis alguns dos quais em Pernes que tem a ver com a ampliação de indústrias ali localizadas. -----

--- Referiu que a Autarquia conseguiu esgotar a capacidade de aproveitamento dos fundos comunitários estando há espera de um reforço nesta matéria. -----

--- Quanto ao saneamento básico em Azoia de Baixo, disse que o mesmo poderá vir a ser concretizado através da Empresa Intermunicipal caso esta seja aprovada. -----

--- Destacou que a Lei das Finanças Locais não tem sido cumprida pelo actual Governo prejudicando gravemente as autarquias. -----

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

--- Relativamente à variante à Estrada Municipal trezentos e sessenta e cinco, esclareceu estar prevista uma reunião com a REFER, adiantando que os senhores Presidentes de Junta interessados irão ser contactados pelo senhor Vereador Joaquim Neto a fim de poderem participar na referida reunião. Salientou ainda que o respectivo concurso irá ser lançado em dois mil e cinco.-----

--- Em relação à Casa do Professor, sublinhou que obras comparticipadas terão certamente o apoio da Câmara Municipal.-----

--- Esclareceu que o projecto Al-Margem é para continuar até dois mil e oito e contará com várias fases de execução.-----

--- No tocante à Estrada do Campo, lembrou terem sido efectuadas várias candidaturas para a obtenção de meios financeiros para aquela estrada, todavia foram rejeitados pela Administração Central.-----

--- Solicitaram a palavra, novamente, os senhores **Ricardo Ribeiro Gonçalves e Luís Arrais**, Presidentes das Juntas de Freguesia de Azoia de Baixo e de S. Nicolau, respectivamente, para prestarem alguns esclarecimentos no tocante às suas anteriores intervenções.-----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa às **Grandes Opções do Plano e Orçamento Câmara Municipal de Santarém para o ano de dois mil e cinco**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e três votos a favor, catorze votos contra e treze abstenções.-----

--- Foram efectuadas as seguintes Declarações de Voto:-----

--- Os senhores **Diamantino Vicente e Ricardo Ribeiro Gonçalves**, Presidentes das Juntas de Freguesia de Casével e de Azoia de Baixo, respectivamente, consideraram as suas intervenções Declaração de Voto.-----

--- O senhor **Mário Rodrigues dos Santos**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, “Marvila votou contra. Terei muito gosto na apresentação das respectivas Contas, se a Câmara realizar em relação à freguesia de Marvila o que consta, em afirmar que me enganei”. -----

--- O senhor **Vítor Varajão** considerou a sua intervenção Declaração de Voto. -----

--- O senhor **João Madeira Lopes** “A actuação da CDU neste mandato tem-se pautado por uma constante preocupação construtiva, mas também exigente e crítica, tendo presente que a população do concelho deu a maioria ao Partido Socialista. -----

--- Muitas foram as propostas da CDU que melhoraram a gestão do executivo...-----

--- A obstrução ou a crítica destrutiva nunca foram a nossa política...-----

--- O Partido Socialista nunca se poderá desculpar com a CDU por falta de estabilidade política...-----

--- É evidente que este não é o nosso Orçamento, como se deixou expresso pelas intervenções da nossa bancada. -----

--- A CDU vai estar muita atenta à execução deste Orçamento, que não deve ser um instrumento estático, não permitindo alterações às despesas correntes sem fortes sustentações. -----

--- A CDU sempre esteve disponível para propor aos munícipes do Concelho de Santarém uma outra política e outras estratégias que permitam elaborar os planos capazes de cumprir a única missão para que são criados – responder às legítimas expectativa dos munícipes para tornar melhor o Concelho de Santarém.-----

--- Daí a nossa abstenção.-----

--- **PONTO ONZE – PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA SCALABISPORT PARA DOIS MIL E CINCO.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte de Dezembro de dois mil e quatro, cabe-me propor à Exma. Assembleia a apreciação da proposta relativa ao **Plano**

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

de Actividades e Orçamento da SCALABISPORT para dois mil e cinco, nos termos da Lei número cinquenta e oito/noventa e oito, de dezoito de Agosto”.

--- Interveio o senhor **Vítor Varajão** manifestando a sua disponibilidade naquilo que estiver ao seu alcance enquanto membro do Conselho de Administração da Scalabisport.

--- Informou da existência de um ginásio devidamente equipado bem como de um restaurante de excelente qualidade.

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Plano de Actividades e Orçamento da SCALABISPORT para dois mil e cinco**, nos termos da Lei número cinquenta e oito/noventa e oito, tendo sido **aprovada por unanimidade**.

--- **PONTO DOZE – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS FREGUESIAS RURAIS, NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS, REFERENTE A EQUIPAMENTOS.**

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:

--- “Dando sequência à deliberação camarária de seis de Dezembro de dois mil e quatro, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação da proposta de **transferência de verbas para as freguesias rurais, referente a equipamentos, no âmbito do Protocolo de Delegações de Competências**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.

--- Dada a inexistência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **transferência de verbas para as freguesias rurais, no âmbito do Protocolo de Delegações de Competências, referente a equipamentos**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e cinco votos a favor, zero votos contra e onze abstenções.

--- Pelo senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, foi prestada a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “Para as Juntas de Freguesia da Cidade nem máquinas nem dinheiro. Obviamente que estou de acordo com o principio da distribuição das máquinas para algumas freguesias. No entanto, gostaria de saber qual o critério que tem sido utilizado para a divisão das horas”. -----

--- Tendo em conta a urgência deste assunto e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Dois Três, Quatro, Cinco, Seis, Sete, Oito, Nove, Dez, Onze e Doze**, tendo sido **aprovados por unanimidade**. -----

--- Interrompida a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** tendo intervindo o senhor **Gomes Vidal** dando conta das péssimas condições em que o teatro trabalha em Santarém. -----

--- Salientou ser sua intenção realizar a peça de teatro “Os Imigrantes”, lamentando que o senhor Presidente da Câmara não o tenha recebido. -----

--- Por último, usou da palavra a senhora **Alexandra Batista** chamando a atenção para a questão das barreiras arquitectónicas existentes na cidade de Santarém. -----

--- Teceu algumas considerações em relação ao teatro em Santarém, aproveitando para agradecer o apoio prestado pela Câmara ao Teatro Veto Oficina. -----

--- Eram duas horas quinze minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por suspensos os trabalhos. -----

--- Aos seis dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e cinco, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém em continuação

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

da sessão ordinária de Dezembro, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a restante Ordem de Trabalhos.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- José Miguel Correia Noras, Luís Alberto Ferreira Leitão, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Lúcia Moreira Machado Santos Virtudes, António Carvalho Carreira, António Maurício Morgado D' Avó, António Xavier Martins da Rocha Pinto, Carla Andreia Costa dos Santos, Carlos Manuel Luís Catalão, Cláudio José Viveiros Sarmiento da Silva, Elmano de Almeida Matos, Eurico Mateus Guerra Saramago, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, João Luís Madeira Lopes, José António Pisco Borrego, José Luís Marques Cabrita, José Manuel Gaspar, Liliana Bento Oleiro, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Manuel Albino da Conceição Rosa, Pedro Nuno Pimenta Braz, Ricardo Zarco Martinho do Rosário, Rosalina da Piedade Melro Blaser Gaspar, Vicente Carlos Flor Batalha, Virgínia e Vítor Manuel de Sousa Varajão. -----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- José Ilídio da Fonseca Freire, Ezequiel Azinheira Louro, Joaquim Júlio da Luz Saramago, Manuel Joaquim Vieira, António Manuel Simões Cordeiro Duarte, Eva Sofia Ferreira Quaresma Costa, Joaquim da Silva Lucas da Graça, Basílio Duarte Oleiro, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Luís Manuel Madeira Mena Esteves, Joaquim Manuel Gaspar Aniceto, Mário José Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Beirante Gomes Beja, Francisco José Viegas Santos, Manuel João Narciso Bonifácio, José António Coelho Madeira, António João Ferreira Henriques, Luís Manuel Graça Batista, Ricardo Luís da Costa, Sebastião Morgado Ribeiro, Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar, Luís Maria Severino Arrais, José Daniel Graça Madeira, Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro, Paula Batista Gomes, e Joaquim António Salgado Canha. -----

--- **Verificaram-se as seguintes ausências:** -----

--- Leonel de Matos Martinho do Rosário, Mónica Isabel Duarte Mendonça, Nuno

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

666

Miguel Freire Gameiro Castelbranco, Pedro Miguel Rodrigues Neves Veloso, Diamantino Carvalho Vicente, Carlos Manuel Beirante Gomes Beja e Firmino Joaquim Prudêncio D' Oliveira. -----

--- **Do Executivo Municipal** registaram-se as seguintes presenças:-----

--- Rui Pedro de Sousa Barreiro, Manuel António dos Santos Afonso, Hélia Santos Duarte Félix, Idália Maria Marques Salvador Serrão Menezes Moniz, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto e José Marcelino.-----

--- Verificaram-se as seguintes ausências:-----

--- José Joaquim Lima Monteiro Andrade, Maria Luísa Raimundo Mesquita e Henrique Manuel Soares Cruz.-----

--- Solicitaram a sua substituição nos termos da Lei e do Regimento os seguintes membros da Assembleia:-----

--- Helder Nuno Jesus Cruz Oliveira Pombo, João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho e Vasco Navarro da Graça Moura.-----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, informando da renúncia de mandato do senhor Joaquim Manuel Barreiros Mateiro, Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho, da bancada do PS, por motivos de saúde.-----

--- Procedeu, a seguir, à verificação da identidade e legitimidade do eleito, senhor **Manuel João Narciso Bonifácio**, em substituição do elemento acima designado, nos termos do artigo setenta e nove, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número cinco–A/dois mil e dois, de onze de Janeiro.-----

--- De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** informou que por se tratar de uma reunião em continuação da sessão ordinária de Dezembro, de acordo com a Lei e o Regimento, não haveria lugar ao Período de “Antes da Ordem do Dia”. -----

--- Prosseguiram-se os trabalhos com o **PONTO TREZE – REESTRUTURAÇÃO**

ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e dois de Novembro de dois mil e quatro, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a aprovação da proposta de **Reestruturação dos Serviços Municipais**, nos termos das alíneas a) e o), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Interveio o senhor **João Luís Madeira Lopes** considerando que a proposta em apreço peca por tardia atendendo a necessidade de reestruturação dos serviços municipais, referindo a importância da nomeação do Provedor Municipal para a autarquia. -----

--- Sugeriu que a Divisão dos Assuntos Jurídicos e Notariado tenha uma chefia à altura para quando lhe for solicitado um parecer possa falar a uma só voz evitando dualidade desses pareceres. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, referindo que não lhe parece razoável que numa autarquia com tantas dificuldades financeiras estar a alargar os números do Quadro de Pessoal, assim como aumentar o encargo mensal com pessoal em sessenta e quatro mil novecentos e oitenta e quatro euros. -----

--- Afirmou que seria interessante fazer a valorização dos próprios recursos humanos da autarquia. -----

--- Solicitou esclarecimentos em relação ao aumento do número de vinte e cinco lugares para a área educativa. -----

--- A seguir, o senhor **Vítor Varajão** proferiu a seguinte intervenção: -----

--- “Reestruturação Orgânica dos Serviços Municipais. -----

--- “Em relação a este projecto de Regulamento, o PSD tem a fazer dois comentários: ---

--- Um Técnico e outro Político. -----

--- Do Ponto de vista Técnico, o que nos propõe é: -----

- Tomem lá um projecto e votem. O PSD diz: NÃO CHEGA. -----
- No preâmbulo, faz-se um arrazoado das últimas alterações, desde o Aviso número sessenta e seis/noventa e seis, publicado no Diário da Republica número duzentos e vinte e quatro, segunda série de vinte e seis de Setembro de mil e novecentos e noventa e seis, até ao Apêndice número trinta e oito de quinze de Março de dois mil. -----
- Para além disto, surge de seguida a justificação para esta alteração que se traduz neste Projecto de Regulamento que depois se resume a seis alíneas. É verdade, seis alíneas!!! -
- A saber: -----
- a) Alargamento das atribuições das Autarquias e das competências dos respectivos órgãos, resultantes da publicação da Lei número cento e cinquenta e nove de catorze de Setembro e de outra Legislação posterior. -----
- Quais são essas atribuições e competências? -----
- b) A alteração de alguns objectivos estratégicos do Município de Santarém. -----
- Quais são esses objectivos? -----
- c) Necessidade de valorizar e operacionalizar o planeamento estratégico e a coordenação entre serviços com intervenção em áreas determinantes para o desenvolvimento do Município e para a modernização dos serviços a prestar aos utentes dos mesmos (planeamento urbanístico, apoio ao investimento e ao desenvolvimento económico). -----
- Onde está o estudo que levou à conclusão desta necessidade? -----
- d) Implementação do POCAL e das conseqüentes exigências de adequada monitorização da gestão autárquica, bem como a necessidade de uma rigorosa segregação de funções e conseqüente controlo interno. -----
- Quais exigências? Quais necessidades? Derivam de que lacunas? -----
- e) A melhoria da definição de funções e atribuição de responsabilidades, tendo em vista a racionalização e simplificação de procedimentos, quer administrativos, quer operativos. -----

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

--- O conteúdo desta alínea é demasiado sintético.-----

f) A motivação e mudança de mentalidades no sentido de todos os serviços, funcionários e agentes se empenharem na prestação de um melhor serviço público.-----

--- A motivação e a mudança não se implementam com um simples alterar de Regulamento. Quem sabe de Motivação e de Mudança Organizacional, sabe do que falo.

--- O que se segue, é uma descrição das Alterações e o Articulado do Regulamento:-----

--- Passamos de noventa e nove para cento e um Artigos, descrevendo Atribuições e Competências. Tecnicamente o PSD diz; NÃO CHEGA.-----

--- Como se chegou a este Regulamento?-----

--- Foi feito um Diagnóstico da Situação, Onde está? O PSD não o conhece!-----

--- Foram avaliados os Pontos Fortes do Município?-----

--- E os Pontos Fracos?-----

--- E as Ameaças?-----

--- E as oportunidades?-----

--- E as potencialidades do ponto vista Técnico, Material, Humano e Financeiro?-----

--- Foram apurados os Índices de Produtividade?-----

--- Foi feito um Balanço Social?-----

--- Quais foram os índices apurados ao nível de: Absentismo, Rotatividade, Grau de Tecnicidade, etc.?-----

--- Onde está a descrição de todos os Postos de Trabalho, contendo as Competências do detentor do Posto de Trabalho e qual o Posto de Trabalho em concreto?-----

--- Foi feita uma Análise do Circuito Administrativo?-----

--- Foram elaborados Fluxogramas?-----

--- Este Regulamento contempla as Necessidades de Pessoal a Curto, Médio ou Longo Prazo?-----

--- Existem Planos de Carreira, de Substituição e de Formação Profissional?-----

--- Houve Avaliação de Desempenho?-----

--- Qual o Turnover interno? -----
--- Como vai ser feito o Recrutamento para os novos lugares? Interno? Externo, Misto? -
--- Será feito um levantamento das Competências Técnicas dos detentores dos Postos de Trabalho?-----
--- Na selecção de pessoal, vão recorrer ao Outsourcing? -----
--- Hoje em dia, aquilo a que as Organizações Modernas estão a recorrer, é uma: -----
--- COMPREENSÃO DA ESTRUTURA E NÃO A UMA EXPANSÃO. -----
--- Das actuais nove Divisões, só seis é que estão ocupadas! Quais estão ocupadas e quais não estão? E porquê? -----
--- Se há três não ocupadas, porquê passar para dezassete?-----
--- Do Ponto de Vista Político, o PSD diz: -----
--- Este Organograma é Matricial. É Taylorista, porque é Departamental e Piramidal. ----
--- Vem contra todas as Novas Práticas e Tecnologias.-----
--- Não é Flexível. -----
--- Não é Fluido. -----
--- Não cria Mobilidade. -----
--- Não é dotado de Alta Inteligência.-----
--- Num ano gastam-se mais novecentos e nove mil seiscentos e quarenta e nove Euros e trinta cêntimos (catorze vezes sessenta e quatro mil novecentos e setenta e quatro Euros e trinta cêntimos). Atente-se que na última proposta de alteração, datada de dezassete de Dezembro de dois mil e três, já era apresentado um aumento. Mas num ano, a diferença entre uma Proposta e a outra agora apresentada, vem custar ao Município, ou seja a todos nós, mais seiscentos e setenta e quatro mil quinhentos sessenta euros e trinta e dois cêntimos, pois o anterior aumento proposto (o tal de há um ano atrás) era de duzentos e trinta e cinco mil e oitenta e oito euros e noventa e oito cêntimos.-----
--- Confronta o Sector do Desporto e a Empresa Municipal de Desporto Scalabisport EM.

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

--- Em vez de estar orientado para o Cliente/Utente, está orientado para o Presidente, numa clara perspectiva Fayolista, demasiado hierarquizado. -----

--- Por tudo isto, o PSD diz NÃO. O PSD votará CONTRA.-----

--- O PSD perfilha do ideal: NO TOPO O CLIENTE. NA BASE O PRESIDENTE.-----

--- O que se passa aqui é o contrario.-----

--- Para comparação, evocamos alguns exemplos: -----

--- Torres Vedras, setenta e dois mil e quatrocentos habitantes, quatro Departamentos e nove Divisões. -----

--- Viseu, noventa e quatro mil e quinhentos e noventa habitantes, três Departamentos e doze divisões. -----

--- Viana do Castelo, quatro Departamentos e quinze Divisões. -----

--- Ourém, quarenta e seis mil quinhentos e quatro habitantes, três Departamentos e sete Divisões.-----

--- Covilhã, cinquenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e oito habitantes, três Departamentos e oito Divisões. -----

--- Castelo Branco, cinquenta e seis mil e um habitantes, três Departamentos e oito Divisões.-----

--- Leiria, cento e vinte um mil quinhentos e trinta e seis habitantes, quatro Departamentos e catorze Divisões. -----

--- Não compreendemos como é que se aumenta o número de vagas no quadro, quando uma grande parte das existentes estão vagas.-----

--- Á sua boa maneira, o partido socialista, privilegia a quantidade, em detrimento da qualidade.-----

--- Qualidade essa, que deverá traduzir numa reorganização, sim, mas voltada para o utente, reclassificando e dando formação aos funcionários existentes, ao invés de abrir a porta ao aumento de expectativas internas e externas que necessariamente sairão gradas face à situação económico-financeira da Câmara”.-----

--- Usou, seguidamente, da palavra o senhor **Pedro Braz** referindo que para o Partido Socialista esta reestruturação, para além de essencial, augura grandes desenvolvimentos de modernidade para o funcionamento da Câmara. -----

--- De seguida, o senhor **Presidente da Câmara** interveio referindo ser uma proposta que resulta do conhecimento da Câmara Municipal e das suas necessidades para o futuro.

--- Salientou que a valorização dos funcionários existentes passa pela reorganização dos serviços municipais. -----

--- Em relação aos Auxiliares de Acção Educativa esclareceu tratar-se de pessoal que estava a contrato, tendo havido a necessidade de uma contratação adicional para fazer face às dificuldades existentes. -----

--- Salientou que comparativamente com algumas autarquias capitais de distrito ou vizinhas esta proposta se enquadra perfeitamente nos números apresentados por esses municípios. -----

--- Retomaram a palavra os senhores **Vítor Varajão** e **Luís Arrais** para prestarem breves esclarecimentos em relação às suas anteriores intervenções. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Reestruturação Orgânica dos Serviços Municipais**, nos termos das alíneas a) e o), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria, com trinta votos a favor, dezassete votos contra e duas abstenções**. -----

--- O senhor **Vítor Varajão** considerou a sua intervenção Declaração de Voto. -----

--- **PONTO CATORZE – DRINK IN – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PARA A REGIÃO DO PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL NA QUINTA DA MAFARRA**. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte de Dezembro de dois mil e

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

quatro, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação da proposta da **Drink In - Declaração de Interesse para a Região do Projecto de Construção de uma Unidade Industrial na Quinta da Mafarra**, nos termos da alínea h), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. ----

--- Após uma ampla troca de impressões durante a qual foram levantadas dúvidas pelas bancadas da CDU e do PSD quanto aos fundamentos da proposta e prestados diversos esclarecimentos pelos senhores Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal, foi apresentada pelo senhor **José Luís Cabrita** a seguinte proposta: -----

--- “Propomos que o ponto número catorze da Ordem de Trabalhos seja retirado de discussão e que o processo seja devidamente instruído com o anexo I a que se refere a cláusula quinta do contrato e que a Câmara Municipal esclareça as dúvidas levantadas”.-.

--- Submetida a proposta a votação, foi a mesma **aprovada por maioria**, com um voto contra e uma abstenção. -----

--- **PONTO QUINZE – PROPOSTAS DE VOTO, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**. -----

--- Pela Mesa da Assembleia foi apresentada a seguinte Proposta de Moção subscrita por diversos elementos deste Órgão: -----

--- “A Assembleia Municipal de Santarém, reunida em vinte e nove de Dezembro de dois mil e quatro, deliberou manifestar a sua surpresa e a sua discordância perante a aprovação pela Assembleia da República do projecto-lei que visa integrar a freguesia do Pombalinho no município da Golegã, depois de ter auscultado este órgão autárquico que, dentro dos prazos fixados, emitiu um parecer desfavorável à pretensão de desanexar a referida freguesia do concelho de Santarém. -----

Mais foi deliberado solicitar a Sua Excelência o Presidente da República que não proceda à promulgação do diploma em causa, considerando a sua manifesta ilegalidade, bem

como os inegáveis prejuízos que o mesmo acarretaria para o concelho de Santarém, a par do gravíssimo precedente que seria aberto em matéria respeitante à inadvertida modificação dos limites de cada município”. -----

--- Após uma breve troca de impressões, foi a Proposta de Moção em epígrafe submetida a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Pelo senhor **Vicente Batalha** foi apresentada a seguinte proposta de Recomendação:

--- “Tremês foi recentemente elevada a Vila, juntando-se assim ao prestigiante lote das Vilas no nosso concelho (Alcanede, Pernes, Alcanhões, Amiais de Baixo e Vale de Santarém) mercê do seu labor e desenvolvimento. -----

--- Para além das naturais felicitações à sua população esforçada e trabalhadora, e aos eleitos locais seus representantes, com votos de um futuro cada vez mais prospero e desenvolvido. -----

--- Propõe-se que: -----

--- À semelhança das reuniões descentralizadas já efectuadas pelos Órgãos Autárquicos Municipais, a Assembleia Municipal agende muito proximamente uma sessão de trabalhos em Tremês; -----

--- Se recomende à Câmara Municipal que considere a possibilidade de também efectuar em Tremês uma das reuniões de trabalho, coordenando os Órgãos entre si o respectivo calendário e condições logísticas, ouvidos naturalmente os Órgãos da Freguesia”. -----

--- Interveio o senhor **Vicente Batalha** sublinhando que viveu momentos muito ricos e diversificados nas idas às reuniões descentralizadas quer da Assembleia quer da Câmara Municipal no anterior mandato. -----

--- Depois usou da palavra o senhor **Ricardo Ribeiro Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Baixo, concordando com a proposta apresentada, salientando que já teve a oportunidade de sugerir a realização de sessões extraordinárias das Assembleia de Freguesia que pudessem contar com a participação do Executivo Municipal. -----

--- Esgotadas as intervenções, foi a Proposta de Recomendação **aprovada por**

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

unanimidade. -----

--- Pelo senhor **Vicente Batalha** foi apresentado o seguinte **Voto de Pesar:** -----

--- “A quinze de Outubro, morreu em Pernes, Helder Manuel Gonçalves Vieira, com quarenta e sete anos de idade. -----

--- Seguindo a tradição familiar, que prestigiou, cedo se dedicou às causas cívicas. Foi, aliás, o primeiro presidente eleito democraticamente da Associação de Estudantes do Liceu Sá da Bandeira, pós vinte e cinco de Abril. -----

--- Depois, foi um cidadão sempre lúcido e interveniente, atento às coisas da sua terra e do seu tempo. Da autarquia local à Associação dos Bombeiros Voluntários de Pernes, da Santa Casa da Misericórdia de Pernes à Fundação Comendador José Gonçalves Pereira, à CLAPA, com todo o movimento social e associativo colaborou, destacando-se a sua luta em prol do querido Rio Alviela.-----

--- Industrial e técnico de contas, as suas empresas estiveram sempre com as portas abertas para o apoio ao desenvolvimento local, porque pugnou de forma destacada, inclusive no âmbito do Nersant.-----

--- Pernes ainda esperava muito dos seus valiosos contributos e intervenção, tendo sentido de forma particular a sua morte. -----

--- São as pessoas que fazem as terras e lhe dão vida e futuro, abrindo caminhos e criando esperança e espaços de respiração.-----

--- Hélder Vieira foi um desses Homens Bons, Cidadãos da terra, que contribuiu para tornar mais humana e habitável.-----

--- Pernes e o Concelho ficaram mais pobres, por isso, a Assembleia Municipal expressa um Voto de Pesar pelo falecimento de Hélder Vieira, e apresenta à família na pessoa de sua mãe, companheira e filhos, sentidas condolências”.-----

--- Submetido o Voto de Pesar a votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade e aclamação.**-----

--- Seguidamente foi apresentado o seguinte Voto de Louvor subscrito por vários

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

676

Presidentes de Junta de Freguesia:-----

--- “Considerando o desempenho e dedicação demonstrados em prol do desenvolvimento da freguesia do Pombalinho, bem como do Concelho de Santarém, contribuindo assim para o seu desenvolvimento e modernização;-----

--- Considerando que a sua postura e relacionamento com os colegas sempre se pautou pela tolerância, responsabilidade, abertura e profunda tradição e respeito democráticos;

--- Considerando que por motivos de saúde se vê forçado a abandonar antecipadamente o cargo que com maior seriedade e honestidade tem desempenhado;-----

--- Considerando que o seu exemplo é um modelo a seguir por todos os Autarcas de Freguesia. -----

--- Pelo exposto a Assembleia Municipal de Santarém, em sessão ordinária realizada em vinte e nove de Dezembro de dois mil e quatro, delibera atribuir um Voto de Louvor ao insigne Autarca Sr. Joaquim Mateiro, Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho. -

--- Mais delibera dar conhecimento público deste Voto através dos meios de comunicação escrita regionais, e enviar cópia do mesmo para conhecimento à Câmara Municipal de Santarém, Assembleia e Junta de Freguesia do Pombalinho”. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** procedeu à leitura da seguinte carta proveniente do senhor Joaquim Mateiro: -----

--- “Caros conterrâneos, Amigos,-----

--- Há momentos na vida que somos obrigados a tomar decisões, umas mais fáceis outras mais difíceis.-----

--- Por motivos de saúde e aconselhamento dos médicos, vejo-me forçado a deixar a Junta de Freguesia a partir de trinta e um de Dezembro de dois mil e quatro, como o meu físico actualmente não está em condições de servir a população e a freguesia, como sempre entendi, a “TEMPO INTEIRO”, com espírito de trabalho e sacrifício, servi o melhor que podia e sabia. -----

--- Cometi erros, como qualquer humano, mas deixo a Junta com a consciência do dever

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

cumprido.-----

--- Nesta altura da minha vida, tenho fé e acredito que vou melhorar se seguir com rigor todas as indicações dos especialistas que me estão a acompanhar. Se as melhoras acontecerem como espero, continuarei a apoiar os que ficam, a desejar o melhor para a minha **TERRA** e para os cidadãos que nela vivem, manter-me-ei disponível dentro das minhas possibilidades, sempre que entendam, que a minha presença é útil e desejada.----

--- Permitam-me que dedique umas linhas de sentido agradecimento, àqueles que sempre estiverem e estão ao meu lado desde a primeira hora (cinco de Janeiro de mil novecentos e noventa). Em primeiro lugar à minha família, pelo apoio incondicional que sempre me deram, nas horas boas e más, sem eles não me seria possível estar de alma e coração, nesta grande aventura, apenas pelo gosto de servir a Causa Pública. A toda a População que têm apoiado, sempre que são solicitados, nos mais diversos aspectos da vida da nossa Terra.-----

--- Aos meus companheiros e companheiras autarcas da Junta e Assembleia de Freguesia, que ao longo destes anos todos, sempre existiu respeito e trabalho, com as pessoas que privei desta vida de autarca, nem sempre houve consensos nas decisões a tomar, mas faz parte da democracia respeitar a opinião dos outros.-----

--- Aos funcionários da Junta de Freguesia, aos que passaram e aos que se encontram ao serviço, o meu muito obrigado, pela colaboração prestada.-----

--- Aos Presidentes de Junta, ao Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, aos Vereadores da Câmara Municipal, aos Deputados da Assembleia Municipal, aos Funcionários e Técnicos da Câmara Municipal.-----

--- A todos os que fazem favor de ser meus amigos, em troca de nada, apenas **AMIGOS** com **LETRA GRANDE**, o meu profundo e sincero agradecimento, pela dedicação e carinho que me dedicaram, desejo tudo de melhor para o futuro de todos vós!-----

--- Até sempre, um abraço amigo.”.-----

--- Depois, usou da palavra o senhor **António João Henriques**, Presidente da Junta de

Freguesia de Póvoa de Santarém, enaltecendo as qualidades do autarca Joaquim Mateiro, desejando-lhe rápidas melhoras. -----

--- Esgotadas as intervenções, foi o Voto de Louvor acima transcrito submetido a votação, tendo sido **aprovado por unanimidade e aclamação**.-----

--- Pela Coligação Democrática Unitária foi presente a seguinte **Moção/Recomendação**:

--- “As encostas do planalto *Scalabitano*, vulgarmente conhecidas como as barreiras de Santarém, têm constituído, pelos diversos escorregamentos de terras a que têm estado sujeitas, envolvendo a destruição de património natural e cultural, de habitações, estradas e caminho-de-ferro e colocando em perigo pessoas e bens, tendo chegado até a colocar em estado de semi-isolamento a povoação do Alfange, um dos mais graves problemas com que a nossa cidade se tem defrontado.-----

--- Em Outubro de dois mil e três foi apresentado um Relatório intitulado “Consolidação das Encostas e Muralhas de Santarém” elaborado pelo Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, o qual, nas suas conclusões, definiu dois objectivos fundamentais: um - a realização de um “Estudo/Projecto Global”, sobre todas as encostas do planalto que permita uma intervenção aprofundada, sustentável e de longa duração, capaz de acautelar todos os bens e interesses em causa; dois - uma “Intervenção de Emergência”, da qual se destacava, classificada como de “extrema urgência” a execução das obras de regularização/estabilização do leito da Ribeira de Alfange. -----

--- Esta situação, do afundamento do leito da Ribeira de Alfange, da existência de numerosas linhas de água superficiais e subterrâneas (incluído esgotos domésticos a correr a céu aberto), bem como da instabilização, em progressão, do sopé das encostas em causa, está perfeitamente identificada pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), quer do Instituto da Água (INAG), como identificadas estão as soluções técnicas para responder a esta “bomba relógio” que ameaça a histórica povoação do Alfange e sua população. -----

--- Infelizmente, o início da obra tarda, numa altura em que entrámos já no segundo

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

Inverno após a definição rumo de actuação indispensável para salvaguardar e acautelar a segurança de pessoas e bens que aqui estão em causa.-----

--- Neste sentido, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Santarém, manifestam a sua preocupação e enorme apreensão pelo facto grave de ainda não se terem iniciado as obras de regularização do leito da Ribeira de Alfange, bem como pela passividade das entidades com responsabilidade neste processo, recomendo à Câmara Municipal de Santarém que exerça pressão e actue, no sentido de exigir responsabilidades e actuação, designadamente por parte do INAG e do Ministério do Ambiente, actuando no exercício dos seus poderes e atribuições, defendendo os interesses concelhios em causa”.-----

--- Interveio o senhor **Francisco Madeira Lopes** referindo que não aceita a tomada de posição do Governo relativamente às barreiras e muralhas do planalto, considerando ser necessário tomar medidas urgentes com vista à resolução deste problema que vem arrastando-se ao longo dos anos.-----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, foi a Moção/Recomendação submetida a votação tendo sido **aprovada por maioria**, com cinco abstenções.-----

--- Pelo senhor **Mário Santos**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, foi efectuada a seguinte Declaração de Voto:-----

--- “Pelas posições que tenho assumido, o meu sentido de voto não poderia ser outro. Contudo, para além de todos os governos que passaram serem responsáveis pela situação que se tem vindo a agravar de ano para ano, recomendo à Câmara que intervenha nas áreas da sua competência”.-----

--- Pelo senhor **Luís Leitão**, Primeiro Secretário da Mesa, foi apresentada a seguinte Moção:-----

--- “A Assembleia Municipal de Santarém, em sessão realizada a vinte e nove de Dezembro de dois mil e quatro, vem repudiar a ausência de medidas por parte tanto do Governo como da BRISA, de modo a minorar os enormes prejuízos causados pelas obras na auto-estrada número um.-----

Estes prejuízos e transtornos têm tido especial incidência nas freguesias de Almofter e Póvoa da Isenta que com a alteração das pontes sobre aquela via tornam praticamente intransitáveis algumas das principais vias daquelas freguesias”.

--- Interveio o senhor **Luís Leitão**, Primeiro Secretário da Mesa, sublinhando que a presente Moção decorre dos transtornos causados pelas obras de alargamento da auto-estrada número um.

--- A seguir, foi dada a palavra **Vítor Varajão** questionando se poderia incluir na proposta os transtornos causados pelas obras no Largo Cândido dos Reis.

--- Usou, depois, da palavra o senhor **José Luís Cabrita** lembrando que oportunamente apresentou uma proposta com vista à suspensão da cobrança das portagens no troço entre Aveiras e Santarém, afirmando que a Brisa não respeita as populações e as autarquias comportando-se como muito bem quer, solicitando ao senhor Presidente da Assembleia que intervenha nesta matéria.

--- Seguidamente, tomou a palavra o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, salientando estar sempre ao lado dos colegas das freguesias visadas.

--- Por último, interveio o senhor **Luís Leitão**, Primeiro Secretário da Mesa, referindo não ver qualquer inconveniente na inclusão da proposta mencionada pelo senhor Vítor Varajão. Todavia esta moção visa um caso concreto.

--- Esgotadas as intervenções, foi a Moção submetida a votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com cinco abstenções.

--- Pelo senhor **Eurico Saramago** foi efectuada a seguinte Declaração de Voto:

--- “Penso que a culpa é do Estado e da Brisa. Considero que o caderno de encargos é que deveria contemplar esta situação. Recomendo à Autarquia que antes de haver intervenções deste tipo previnam estas questões”.

--- Pelo senhor **Vítor Oliveira Gaspar**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, foi apresentada a seguinte Recomendação:

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

--- “Como é do conhecimento de todos, o Mundo vive momentos de dor muito forte e sentida, pelo trágico maremoto que ocorreu no continente asiático e que vitimou tantos milhares de Homens, Mulheres e Crianças. Naquela zona do globo vivem-se momentos dramáticos, daqueles que sobreviveram, mas que ficaram sem nada.-----

Urge fazer algo, por isso, proponho que as senhas de presença da reunião de vinte e nove de Dezembro último sejam entregues a uma organização não governamental, com o objectivo de ser um contributo que possa aliviar um pouco, a dor de quem vive momentos tão difíceis causados por tão grande catástrofe natural”. -----

--- Após uma breve troca de impressões, foi a Proposta de Recomendação submetida a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** tendo intervindo o senhor **Neto** estranhando a presença de dois agentes da autoridade a assistir à última sessão da Assembleia. -----

--- Referiu alguns problemas de trânsito na rotunda do Largo Cândido dos Reis, alertando para a má sinalização ali existente, bem como para as passadeiras dentro da própria rotunda.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu em relação à presença dos agentes da autoridade tratar-se de um acordo havido com o senhor Governador Civil tendo em vista a segurança de bens, entre outros de passaportes. Referiu também ter estranhado a presença desses agentes a assistirem à sessão, contudo, questionados os agentes deram conta de estar tudo na devida ordem havendo outros colegas no exterior a assegurar a entrada do edifício.-----

--- Depois, interveio o senhor **Carlos Rodrigues** solicitando à Câmara para não avançar com a requalificação do Campo Sá da Bandeira sem equacionar devidamente o respectivo projecto. -----

--- Referiu ter elaborado há mais de vinte anos um estudo para a barreiras de Santarém o

ACTA Nº. 25/2004
Sessão Ordinária de Dezembro
1ª Reunião 29 de Dezembro de 2004
2ª Reunião 6 de Janeiro de 2005

682

qual foi aprovado por unanimidade, na Câmara, lamentando que nada tenha sido feito. --

--- A seguir, usou da Palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que a sinalização de trânsito existente na rotunda é provisória, destacando haver algumas questões ainda em estudo.-----

--- Quanto às barreiras referiu ter sido assinado um protocolo com o Governo que permite à Câmara lançar um concurso para a elaboração de um projecto global para a consolidação das barreiras e muralhas de Santarém. -----

--- Eram zero horas e quinze minutos quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.-----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida, a redigi e subscrevi.

-----**O PRESIDENTE**-----

-----**O PRIMEIRO SECRETÁRIO**-----

-----**O SEGUNDO SECRETÁRIO**-----
